

OS MELHORAMENTOS URBANOS COMO ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO SOCIAL

Rafael Augustus Sêga

A consolidação mundial do capitalismo monopolista na segunda metade do século XIX é comumente conhecida por “imperialismos”, em que o modo de vida da civilização européia ocidental passou a ser adotado como modelo por todos os povos do planeta. No Brasil, o modo de produção capitalista transformou não só as formas de sociabilidade entre os homens, mas também suas relações com os meios geográficos circundantes, entre eles, as cidades. Nicolau Sevcenko (1989, p.42) refere-se, sobre isso:

Uma fúria transformadora de tal intensidade e proporções supunha, é claro, uma sobrecarga de energia que extrapolava as raízes nacionais. [...] Se quisermos portanto compreender o grau, a natureza e o sentido dessas transformações é preciso que nos voltemos para o espaço das relações intersocietárias. O fato que primeiro nos despertou a atenção aí foi sem dúvida a frequência com que elas ocorreram nesse mesmo período, por toda parte ao longo do globo terrestre. Um foco de vigorosas mudanças e uma atividade econômica febril, centrados numa cidade e irradiados para todo o seu hinterland, num único movimento convulsivo e irresistível, podia ser entrevisto com pequenas diferenças temporais e variações regionais, por exemplo, em Paris ou em Buenos Aires, Nápoles, Belo Horizonte, São Paulo, Manaus ou Belém.

As cidades brasileiras precisariam adequar-se tanto aos anseios “cosmopolitas” como às estratégias do acúmulo de capital das burguesias locais que estavam começando a diversificar seus negócios. Para tanto, o desenvolvimento capitalista passava a exigir cidades que ofereces-

Rafael Augustus Sêga é professor de História no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Unidade de Pato Branco, e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

sem serviços, que concentrassem as unidades produtivas, que congregassem um mercado consumidor e que organizassem e disciplinassem uma massa trabalhadora. Nesse quadro, a intervenção do Estado no cenário urbano era fundamental; pois, calcada em um discurso cientificista (e “neutro”), passava a reformar a cidade dentro de uma política de ocupação do solo urbano de lógica capitalista.

Ao contrário da denominação grandiloqüente das reformas parisienses durante o Segundo Império, sob o comando do Barão de Haussmann, “As Grandes Obras” (*Les Grands Travaux*), no restante das cidades européias, e, principalmente, na Inglaterra, as iniciativas de modernização dos quadros urbanos receberam a modesta, porém mais dissimulada, designação de “melhoramentos”. A respeito disso, Regina Maria Prosperi Meyer (1991, p.217) esclarece:

Os melhoramentos tiveram uma longa carreira nas metrópoles modernas. [...] a cidade de Londres no período georgiano, um século antes do surto modernizador, já detectava o caráter estratégico dos “trabalhos públicos” no conjunto da vida política. Interessados em detectar o “espírito e a prática” e, incluiríamos também, a função, destas intervenções, [...] o melhoramento ocorre quando um número suficiente de homens influentes são levados por razões políticas a agir de acordo com o espírito público. Uma coincidência entre os dois interesses – o coletivo e o político – os leva a buscar obter do poder público a permissão para realizar os melhoramentos.

A noção de melhoramentos pode ser tão sutil, ardilosa e cínica que pode variar desde a iniciativa pura e simples de pavimentação e iluminação de uma rua até o esforço hercúleo de reestruturar-se o quadro urbano de uma cidade inteira.

As reformas urbanas visavam inserir um conjunto urbano ao mundo contemporâneo. A *belle époque* estabelecia padrões de hábitos “modernos”, ou “civilizados”; os guias de etiqueta, em geral traduzidos literalmente de seus análogos europeus, orientavam a moda e os costumes das pessoas, a maneira de vestir-se, de postar-se à mesa; ternos, gravatas, chapéus, vestidos longos, sombrinhas, já faziam parte da indumentária dos cidadãos; champagne, caviar e patê de *foie gras* já podiam figurar na mesa de alguns mais abastados.

Em algumas cidades brasileiras, a preocupação era integrá-las a um projeto civilizatório maior, correlatas caboclas de Paris ou Londres...

A palavra de ordem era tratar de esquecer, o mais rápido possível,

sem serviços, que concentrassem as unidades produtivas, que congregassem um mercado consumidor e que organizassem e disciplinassem uma massa trabalhadora. Nesse quadro, a intervenção do Estado no cenário urbano era fundamental; pois, calcada em um discurso cientificista (e “neutro”), passava a reformar a cidade dentro de uma política de ocupação do solo urbano de lógica capitalista.

Ao contrário da denominação grandiloqüente das reformas parisienses durante o Segundo Império, sob o comando do Barão de Haussmann, “As Grandes Obras” (*Les Grands Travaux*), no restante das cidades européias, e, principalmente, na Inglaterra, as iniciativas de modernização dos quadros urbanos receberam a modesta, porém mais dissimulada, designação de “melhoramentos”. A respeito disso, Regina Maria Prosperi Meyer (1991, p.217) esclarece:

Os melhoramentos tiveram uma longa carreira nas metrópoles modernas. [...] a cidade de Londres no período georgiano, um século antes do surto modernizador, já detectava o caráter estratégico dos “trabalhos públicos” no conjunto da vida política. Interessados em detectar o “espírito e a prática” e, incluiríamos também, a função, destas intervenções, [...] o melhoramento ocorre quando um número suficiente de homens influentes são levados por razões políticas a agir de acordo com o espírito público. Uma coincidência entre os dois interesses – o coletivo e o político – os leva a buscar obter do poder público a permissão para realizar os melhoramentos.

A noção de melhoramentos pode ser tão sutil, artilosa e cínica que pode variar desde a iniciativa pura e simples de pavimentação e iluminação de uma rua até o esforço hercúleo de reestruturar-se o quadro urbano de uma cidade inteira.

As reformas urbanas visavam inserir um conjunto urbano ao mundo contemporâneo. A *belle époque* estabelecia padrões de hábitos “modernos”, ou “civilizados”; os guias de etiqueta, em geral traduzidos literalmente de seus análogos europeus, orientavam a moda e os costumes das pessoas, a maneira de vestir-se, de postar-se à mesa; ternos, gravatas, chapéus, vestidos longos, sombrinhas, já faziam parte da indumentária dos cidadãos; champagne, caviar e patê de *foie gras* já podiam figurar na mesa de alguns mais abastados.

Em algumas cidades brasileiras, a preocupação era integrá-las a um projeto civilizatório maior, correlatas caboclas de Paris ou Londres...

A palavra de ordem era tratar de esquecer, o mais rápido possível,

um passado colonial marcado pela pacatez. Nesse sentido, o cidadão brasileiro de então passou a fazer questão de incorporar novas experiências que mudassem sua percepção do mundo ao redor, nas palavras de Maria Stella Bresciani (1982, p.35-68): “Ligadas ao sublime, perplexidade, terror, poder, obscuridade, privação, vastidão, infinitude, seriação, uniformidade, magnificência e iluminação.”

Guardadas as devidas proporções, o brasileiro urbano do final do século XIX passou a conviver, no seu cotidiano, com artefatos mecânicos, como cinematógrafos, fonógrafos, gramofones, telégrafos, telefones, câmaras fotográficas; e passou a presenciar os feitos das “maravilhas” do transporte ferroviário, da iluminação elétrica, dos balões, dos aeroplanos e dos bondes elétricos.

No entanto, por trás dessa “modernidade”, prosseguia, no Brasil, a consolidação de uma economia de mercado e a formação de uma mão-de-obra livre. Todavia, a mão-de-obra imigrante não era totalmente aproveitada, gerando um excedente que tendia a concentrar-se nas regiões centrais das cidades, sujeito à miséria e à vadiagem. Esse quadro resultou no agravamento das condições de saúde, moradia, abastecimento, higiene e segurança pública. O que fazer com essa multidão?

A consciência possível por parte das autoridades da época tinha limites, e problema social ainda era caso de polícia e resultava na repressão a qualquer movimento que questionasse a ordem vigente. Era necessário, naquele momento histórico, transformar o homem livre, despossuído, em trabalhador. E a introjeção dessa ética do trabalho incidia na repressão policial e na segregação espacial, pois os planos urbanísticos caracterizavam-se por refletir a intervenção política ao nível ideológico.

Muitos trabalhos no campo da historiografia, tanto nacionais como estrangeiros, têm voltado suas análises para os processos de renovação urbana. Assim, o presente ensaio parte de alguns referenciais e procura salientar aqueles que põem em destaque o papel do Estado como instrumento de intervenção ideológica. Nesse sentido, destacamos, em termos teóricos, alguns sociólogos estrangeiros que tratam da questão urbana e alguns historiadores brasileiros que ilustram alguns processos de renovação urbana nacionais.

A atenção com a questão urbana derivou do capitalismo; isso ocorreu porque os aglomerados humanos da Antiguidade e da Idade Média viveram realidades históricas próprias:

A cidade – local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo, privilegiado, sede da autoridade – nasce da al-

deia que cresceu. Ela se forma, como pudemos ver, quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm essa obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total. (Benevolo, 1983, p.23)

Os problemas das modernas cidades da era industrial fizeram com que o planejamento urbano fosse deslocado do campo das belas artes para uma pretensão científica. É justamente nesse momento histórico que campo e cidade deixam de ser extensão um do outro. O campônio sai da zona rural para vir vender sua força de trabalho na cidade, local por excelência da ordem burguesa, pois não só garantia a acumulação e reprodução do capital, como o controle ideológico sobre aqueles que o produziam.

Paradoxalmente, a cidade foi transformada no lugar do progresso, da exploração e da penúria, necessárias para a manutenção dos níveis de salários, através do que Marx chamou de “exército industrial de reserva”. Entretanto, a miséria nunca foi surpresa para o capital, pois, para gerar o lucro, ele deve gerar a desigualdade e a indignação, produtos próprios das suas contradições. Na verdade, a miséria passou a ser uma realidade a mais dentro do sistema, assim como as turbamultas, suas doenças e suas reivindicações, que deveriam ser controladas e segregadas, porque continham ameaças para a continuidade do sistema.

Dependendo do ponto de vista, a cidade era o *locus* do progresso e do poder burguês, traduzidos na tecnologia que dominava a natureza. No entanto, se invertêssemos tal ponto de vista, como se tentássemos olhar um microscópio com a lente invertida, iríamos nos deparar com uma realidade adversa, uma vez que a cidade se transformaria no espaço do pauperismo e da opressão, onde a maioria da população vivia na pior das condições.

Contudo, os dois mundos se obrigavam a conviver lado a lado; o que os delimitava eram barreiras invisíveis, espectrais, nas quais foi muito bem explicitado o espaço destinado a cada um no *habitat* social.

Os melhoramentos faziam parte da construção dessas barreiras, pois as classes dominantes, ao se apoderarem do aparelho do Estado, passavam a remodelar a cidade de acordo com seus anseios e interesses próprios. Sob esse enfoque, as reformas conduzidas, à guisa de exemplos, pelo Barão de Haussmann, na França, durante o Segundo Império de Luís Bonaparte (1852-1870), ou pelo prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro, durante a gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), foram, até certo ponto, compreensíveis. Partindo da estratégia do urbanis-

mo ser um assunto meramente técnico, as grandes intervenções urbanísticas passaram a ser atributo de engenheiros, arquitetos ou projetistas, dissimulando uma qualidade inerente de “neutralidade” dos procedimentos científicos, como se, por detrás disso, não houvesse um comprometimento com a produtividade econômica.

As reformas conduzidas por esses homens “isentos” seriam baseadas na eficácia do sistema de fábrica, cujos princípios de competitividade, racionalização, competência, organização, produtividade e lucro passariam a ser a ordem do dia. No modo de produção capitalista, as forças produtivas são desenvolvidas na cidade.

Como foi dito anteriormente, as cidades da Antiguidade não tiveram os percalços da cidade moderna, entretanto, alguns conceitos desse período são importantes: *Pólis*, no sentido de centro administrativo; *Urbs*, no sentido de vida material da cidade; e *Civitas*, com sentido de organização do tecido social que nela habita.

Levando em conta a perspectiva da análise marxista, deparamo-nos com trabalhos de Henri Lefebvre, Jean Lojkin, Manuel Castells e Christian Topalov. Esses autores buscaram redimensionar a problemática da cidade, tomando como pano de fundo a expansão mundial do sistema capitalista e encarando o processo urbanizatório como seu apanágio. Sob esse prisma, a cidade passava a ser vista como um fenômeno mais amplo, que acabava englobando, inclusive, o campo. Alguns autores mais atuais consideram obsoleta a velha distinção entre campo e cidade. Em 1961, Jean Gottman chamou a costa leste norte-americana de *Megalópolis*, para conceituar a região onde áreas urbanas, suburbanas e rurais acabavam se fundindo.

Os teóricos marxistas suplantaram a base teórica que propunha a dicotomização entre rural e urbano. De maneira geral, as suas propostas de análise eram assentadas na noção de que a cidade é anterior à industrialização, contudo, com o surgimento das manufaturas e das fábricas, os camponeses começaram a sair do campo para vir trabalhar na cidade; esta passava a ser o resultado da concentração tanto do capital como das pessoas. As unidades de produção aí estabelecidas tornaram-se o local da reprodução do capital, das forças produtivas e do controle ideológico. A cidade passava a ser encarada como o palco por excelência da luta de classes.

O pioneiro nos estudos urbanos sob essa perspectiva foi Henri Lefebvre, que procurou situar a cidade dentro da dinâmica do capitalismo, partindo das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, *Ideologia alemã* e *O capital*. Para Lefebvre, a cidade corresponderia à forma mais avançada de dominação social.

Partindo de outro ponto de vista, mas sem abrir mão do instrumental marxista, Jean Lojkin enfatizou o papel do aparato estatal ante o fenômeno urbano. E, uma vez que a urbanização é a maneira mais desenvolvida da divisão social do trabalho, o Estado passou a ter um caráter contraditório diante dos embates travados pelas classes sociais.

Já Manuel Castells ocupou-se com o estudo da urbanização nos países subdesenvolvidos, buscando a análise dialética entre dependência econômica e subdesenvolvimento, ou seja, a superposição de uma estrutura social por outra.

As epidemias, o déficit habitacional, a deficiência dos serviços de abastecimento de água e esgoto, a precariedade dos transportes públicos, a dificuldade de circulação no centro da cidade, a utilização das praias e ruas como depósito de lixo, compunham o quadro urbanístico do Rio de Janeiro ao final do século XIX. A referência obrigatória para esse assunto é o livro de Jaime Larry Benchimol: *Pereira Passos: um Haussmann tropical* (1992, p.116), em que ele nos fornece a seguinte descrição:

Situada em zona tropical, numa planície baixa e pantanosa, rodeada pelo mar e pelas montanhas, a cidade reunia, segundo os higienistas, duas características adversas: calor e umidade proveniente da evaporação das águas do mar, dos pântanos e das chuvas, que não escoavam devido à pouca declividade do solo. Os pântanos eram particularmente temidos por se constituírem focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que veiculavam agentes causadores das doenças e da morte. Os morros da cidade também eram tematizados como fatores de insalubridade, porque impediam a circulação dos ventos purificadores e porque deles escoavam as águas dos rios e das chuvas, que se imobilizaram na vasta planície sobre a qual se estendia a maior parte construída do Rio, tornando-se pantanosa, úmida e calorenta. Assim, desde muito cedo, os médicos defenderam, além do aterro dos pântanos, o arrasamento dos morros.

Nessa obra, o autor analisa o processo de reestruturação urbana da cidade do Rio de Janeiro durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), partindo da contextualização do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX e da predominância do trabalho escravo; num segundo momento, ele mostra como, na segunda metade do século, o Rio de Janeiro transforma-se numa cidade capitalista, com a generalização do trabalho livre, e, por fim, como o programa de renovação urbana propriamente dito diz respeito a uma tomada de posição política

das classes dirigentes ante as classes subalternas e que o ápice do conflito seria materializado na Revolta da Vacina. Tal obra é muito importante para nosso trabalho, à medida que mostra a relevância do papel estratégico dos poderes públicos municipais dentro de um projeto político mais amplo, no caso, a reestruturação do quadro urbano da capital federal.

Em seu livro *Os bestializados; o Rio de Janeiro e república que não foi*, José Murilo de Carvalho analisa a cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República, tomando como pano de fundo o republicanism, a modernidade, os percalços da ordem republicana no Brasil, os conflitos decorrentes das imposições disciplinares e das manifestações populares ante as mesmas.

José Murilo inicia a análise a partir dos discursos de Aristides Lobo, Raul Pompéia e Louis Couty, e faz a constatação de que a participação popular no referido processo político fora praticamente inexistente. O autor objetiva, com o trabalho, resgatar a problemática da atividade política e da cidadania.

Com a proclamação da República, a cidade do Rio de Janeiro sofreu uma série de mudanças de várias ordens: *demográfica*, com a afluência dos imigrantes e dos ex-escravos; *sanitária*, com o agravamento das condições de higiene e saúde decorrente do déficit habitacional; *econômica*, decorrente do quadro inflacionário; e *política*, da falta de representação popular do novo regime.

A ruptura Império-República não significou, para as camadas populares, sua inclusão nas decisões políticas. Não houve a conquista da cidadania para o homem comum e sua participação se fazia ao largo da política oficial. Sua vivência política continuava oscilando entre a mera negação, a participação forçada ou a total alienação. As mudanças eleitorais e a extensão do voto pouco alteraram esse quadro, pois esse direito ficou reduzido a um dever.

Pela contraposição dos discursos de Couty, Lobo e Pompéia, José Murilo tenta mostrar que, apesar do povo ser considerado bestializado, alienado, conseguiu mostrar sua capacidade de mobilização através de revoltas como a do “Vintém”, da “Armada” e da “Vacina”.

A República brasileira, então, constituiu-se num sistema politicamente vão, cuja representação era uma farsa. O homem comum queria distância do aparato estatal e levava sua vida à margem dos limites institucionais, no entanto, as revoltas, as arruaças e as greves marcavam sua natureza política.

Diante da crise sanitária da cidade e de sua inadequação urbanística, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves dotou o prefeito

Francisco Pereira Passos e o médico sanitário Oswaldo Cruz de poderes discricionários para erradicar a varíola, a peste bubônica e a febre amarela da capital da República. Por trás desse intuito saneador, os governantes visavam também remodelar a cidade de acordo com padrões europeus de estética e funcionalidade.

A falta de sensibilidade política desses governantes propiciou a eclosão da Revolta da Vacina, pois, ao invadir as casas sem a autorização dos proprietários, eles passavam a conspurcar contra o domínio sagrado do lar, desencadeando um movimento sedicioso que não estava previsto.

A ação popular não se opunha à vacina obrigatória, mas à maneira pela qual ela estava sendo conduzida. A população não reivindicava sua própria inclusão nas decisões políticas, nem tampouco destituir o governo, o que queria, num forte apelo moralista, era que ele, governo, se mantivesse longe de suas vidas particulares.

A obra versa, principalmente, sobre a instauração da República, buscando relacioná-la com a vivência popular. Com relação à reforma urbana, esta visava muito mais afastar a pobreza do centro da cidade que superá-la economicamente.

As reformas da capital federal refletiam a inserção periférica do Brasil no sistema capitalista, simbolizando uma ruptura drástica com o passado colonial e imperial. Os artífices desse projeto, Pereira Passos e Oswaldo Cruz, visavam não só remodelar a parte material da cidade, mas também a maneira de pensar e agir de seus habitantes:

Além disso, Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiram no cotidiano dos cariocas, particularmente no dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas. Muitas dessas posturas eram simples reedições de medidas anteriores que, ao bom estilo brasileiro não tinham pegado. (Carvalho, 1987, p.95)

A cidade de Curitiba, durante a década de 1910, também foi submetida a uma enérgica intervenção urbanística por parte da sua prefeitura municipal, alterando tanto seu aspecto arquitetônico como sua estrutura espacial. Isso se deveu às das contradições decorrentes da consoli-

dação das bases industriais em Curitiba, do súbito aumento populacional e de uma infra-estrutura urbanística obsoleta. Tal quadro só poderia levar a uma situação de impasse e a um inevitável ponto de insustentabilidade política, pois, de um lado, achavam-se os deserdados da *urbe*, procurando sobreviver, e, de outro, a camada dominante, querendo erigir uma cidade que se adequasse ao modo capitalista de produção.

Dentro desse contexto, o ponto de inflexão atingiu seu ápice durante a segunda gestão de Cândido Ferreira de Abreu no executivo municipal, durante o triênio 1913-1916. Tal gestão, com irrestrito apoio do governo do Estado, passou a conduzir os “Melhoramentos da Capital”, planejamento arquitetado e executado pelo prefeito e seus assessores, com resignado rigor, objetivando levar a cabo a primeira operação de renovação urbana de porte da cidade de Curitiba. Pela primeira vez em sua história, ela foi submetida a um sistemático plano urbanístico, em que todo o anel central foi modificado, alterando, inclusive, a relação deste com as outras regiões da cidade. Para ter-se uma idéia da grandeza dessa operação, numa cidade de aproximadamente 65 mil habitantes, foram assentados quase 3 milhões e 400 mil paralelepípedos, além das ruas macadamizadas. E mais, vários prédios foram demolidos, praças reformadas ou criadas, eletrificadas as linhas dos bondes. O Passeio Público foi remodelado, foi instalado o Horto Municipal, fundados o Laboratório de Análises Químicas e a Fundação Gota de Leite e construído o Paço Municipal.

No processo das reformas urbanas, passou a ser definido um complexo de expressões cuja complexidade e escala só podem aparecer no cenário citadino, conhecido por *cultura urbana*, e tem-se que levar em conta o ambiente, o modo de vida e o comportamento das pessoas citadinas, aquilo que o filósofo e sociólogo britânico George Simmel constatou em seu famoso artigo “A Metrópole e a vida mental”: “o fundamento psicológico sobre o qual se cria o tipo de individualidade das grandes cidades é a intensificação da estimulação nervosa que resulta na mudança rápida e ininterrupta de estímulos externos e internos”. A principal característica da cultura urbana está exatamente na escala, no grau de complexidade e no tipo de cultura que a cidade produz.

Os equipamentos importados ajudam a criar o ambiente da cultura urbana como signos de uma civilização, e as suas procedências acentuam bem esse referencial. A *urbe*, que insistia em renovar-se, se fortalecia com os melhoramentos e procurava apontar para o futuro em constante mudança. Assim, compressora, britadeiras, betoneiras, guindastes, constituíam metáforas da criação de um novo tempo e eram fetichizados pela maioria da população. No entanto, olhares mais sensíveis e atentos

perpetuam a devastação cultural ocasionada pela perda dos referenciais que a memória individual possuía da cidade. Os exemplos abundam. Quer seja o poeta Charles Baudelaire (1985, p.326), na sua Paris vilipendiada por Haussmann: “Paris muda! mas nada em minha nostalgia. Mudou! novos palácios, andaimes, lajedos. Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria. E essas lembranças pesam mais do que rochedos.”

Quer seja o jovem Marshall Berman (1986, p.275-276), indignado com os “golpes de cutelo” que o prefeito Robert Moses insistia em abrir em Nova Iorque:

Dez minutos nesta estrada, um suplício para qualquer pessoa, são especialmente horríveis para aqueles que relembram o Bronx como costumava ser; que recordam essas cercanias como foram um dia, e vicejaram, antes que essa mesma estrada trespassasse seu coração e fizesse do Bronx, acima de tudo, um lugar do qual se quer sair. Para as crianças do Bronx, como eu próprio, a estrada traz uma carga de particular ironia: à medida que voamos através de nosso mundo de infância, pressurosos de fugir, aliviados por vislumbrar o fim à vista, não somos meros espectadores, mas participantes ativos no processo de destruição que lacera nossos corações. Contemos as lágrimas e pisamos fundo no acelerador.

Ou no relato apaixonado de Nestor Vitor (1913, p.127), em conversa com o escritor Emiliano Pernetta, atônito com as mudanças que já anunciavam o que estava por vir em Curitiba:

Aquelas pitorescas chácaras que outrora já perderam o seu caráter vivamente campestre, enfileiradas agora em ruas regulares com outros prédios, que lhes empobreceram a atmosfera e em muitos casos tiraram-lhe grande parte do terreno. Estão desaparecendo os leves chalés de madeira, e rarejam ainda mais as pobres casinhas encardidas, de telhas de tábuas, cujo aspecto, às vezes, era miserando. – Os pobres e os sapos vão indo cada vez para mais longe, dizia-me Emiliano Pernetta com a perversidade de quem não quer perder uma boa frase, tanto mais quando, realmente, ela bem resumia a situação. Está aí o motivo principal, acrescentou, porque não achas mais na cidade esse cheiro campesino de que me falas, e de que eu me recordo: com os pobres vão-se distanciando também as culturas.

Apesar dessas vozes dissonantes, o projeto modernizador não foi sensibilizado. Prosseguia independente (não em oposição) do passado e da memória, mas em seu detrimento, rumo a um futuro promissor.

O modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas. Para ser verdadeiro para com a vida da qual emerge, é forçado a ser estridente, grosseiro e incipiente. Ele se dobra sobre si mesmo e se tortura por sua incapacidade de, sozinho, fazer história, ou se lança a tentativas extravagantes de tomar para si toda a carga da história. Ele se chicoteia em frenesis de auto-aversão e se autopreserva apenas através de vastas reservas de auto-ironia. Contudo, a bizarra realidade de onde nasce esse modernismo e as pressões insuportáveis sob as quais se move e vive - pressões sociais e políticas, bem como espirituais, infundem-lhe uma incandescência desesperada que o modernismo ocidental, tão mais à vontade nesse mundo, jamais conseguirá igualar. (Berman, 1986, p.220).

O sonho de modernidade e a procura frenética e ilusória de ideais de civilização ocorridos em algumas cidades brasileiras na virada do século XIX para o XX faziam parte das modificações que estavam se operando, em níveis mundiais, na expansão (periférica, no caso brasileiro) do capitalismo monopolista. Nesse sentido, tais processos de renovação urbana estavam mesmo inseridos em um projeto *civilizatório* maior. Porém, com uma significação diferente daquela que os artífices dessa modernização propalavam; na verdade, os processos históricos em tela eram conservadores, excludentes e elitistas.

Inaugurou-se, na história das cidades, a prática da transfiguração urbana, deixando para trás o passado, desprezando suas evidências materiais em prol das promessas e dos interesses inerentes ao capital em adequar geograficamente a cidade. É oportuno lembrar que, no espaço urbano, as ações atuais são determinadas pelas passadas, ficando impressas na vida das gerações posteriores que nele habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 14, p.2-15, fev. 1986.

- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos; um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- BENEVOLO, Leonardo. *A história da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BENJAMIN, Walter. *Sociologia*. Organização e tradução: Flavio Kothe. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.)
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRANDÃO, Ângela. *Fábrica de ilusão; o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba, 1905-1913*. Curitiba: Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, 1994.
- BRESCIANI, Maria S. *Londres e Paris no século XIX; o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Metrópoles; as faces do monstro urbano*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, v.5, n.8/9, set. 1984/abr. 1985.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____; RIBEIRO, Gladys e ESTEVES, Martha. *Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio; vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, v.5, n.8/9, set. 1984/abr. 1985.
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- _____. *O urbanismo, utopias e realidades; uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FERRER, Christian e MORELLO, Ciro. *El si y los otros en la obra de Richard Sennet*. In: *Foucault y Ética*. Cidade do México: Biblos, 1988.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. *A administração Pedro Ernesto; Rio de Janeiro, 1931-1936*. Niterói, 1988. Dissertação de mestrado – Departamento de História da UFF.
- GOODMAN, Robert. *After the planners*. New York: Simon and Schuster, 1971.
- HARDMAN, Francisco F. *Trem fantasma; a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme*. Paris: Laurens Editeurs, 1952.
- LEONARDI, Victor. *Primeiras fábricas e formação do capital industrial*. In: *Brasil história; texto e consulta*. v.3, São Paulo: Hucitec, 1991.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MACHADO, Maria C. T. *A questão urbana; parte da estratégia da dominação burguesa*. *Revista do Departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte: s.e., jun. 1987.

- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *História*. Organização e tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.)
- MEYER, Regina M. P. *Metrópole e urbanismo; São Paulo anos 50*. São Paulo, 1991. Tese de doutorado (mimeo.) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.
- PAQUOT, Thierry. *La grande métamorphose urbaine*. Paris: Le Monde Diplomatique, maio 1992.
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso; algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, v.5. n.8/9, set. 1984/abr. 1985.
- PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres da cidade, vida e trabalho – 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- PINHEIRO, Paulo S. O proletariado industrial na Primeira República. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, Tomo III, 2.v.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, Jane de F. Algumas considerações sobre o urbano. *Revista do Departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte: s.e., jun. 1987.
- ROLNICH, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SÊGA, Rafael A. *Melhoramentos da capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba, 1996. Dissertação de mestrado – Departamento de História da UFPR.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público; as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle; política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras; literatura, técnica e modernização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- VICTOR, Nestor. *A terra do futuro; impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Cia., 1913.